

# REASSENTAMENTOS E ASSENTAMENTOS POPULACIONAIS RESULTANTES DOS COLONATOS E DAS ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE

*Data de aceite: 02/05/2023*

### **Mário Mubango Cossane**

Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos. Doutorando em Estudos de Desenvolvimento

**RESUMO:** Quer na sua história colonial, assim como contemporânea, Moçambique concebeu e implementou políticas e projectos de desenvolvimento, povoamento e transformação rural, que resultaram na expropriação de terras campesinas, deslocação e reassentamento das comunidades afectadas, muitas vezes, em contextos e condições inadequadas. Este período, marcou o surgimento em Moçambique, dos primeiros reassentamentos e assentamentos populacionais, originados por projectos de desenvolvimento rural, especificamente, os Aldeamentos e Colonatos portugueses, as Aldeias Comuns e a Operação Produção. O presente trabalho trás uma discussão a sobre os reassentamentos e assentamentos populacionais resultantes do Colonato de Limpopo e da Operação Produção. O Colonato de Limpopo, constitui um projecto colonial, implementado entre 1951-77, ao longo do vale de Limpopo, na actual da

provincia de Gaza, numa área de 31.000 hectares. O principal objectivo era promover uma política de povoamento tardio das colónias portuguesas, que consistia no transporte de farmeiros portugueses a partir da metrópole e a sua integração nas colónias, em terras rurais densamente aráveis para a prática da agricultura. O Colonato de Limpopo envolvia igualmente, a construção e aquisição de infraestruturas e maquinaria agrárias, barragens, vias de acesso, complexos residenciais e sociais para os colonos portugueses. A maioria das terras abrangidas pelo colonato, já eram habitadas e cultivadas pela população nativa, pelo que para dar corpo ao projecto, cerca de 3000 famílias, correspondente a 24000 habitantes foram expropriadas das suas terras e reassentadas em espaços improdutivos e fora da área do colonato, dando origem por conseguinte, a novos assentamentos populacionais ou novas aldeias comuns, seja nas áreas do colonato, bem como do reassentamento negro. O exemplo das aldeias de Guijá e Barragem, criadas em 1953; Aldeias de Lionde, Folgares, Senhora da Graça, Santana e Pegões, criadas em 1957. Aldeias da Madragoa e S. José de Ribamar, criadas em 1959 e 1960, respectivamente; Adeias

de Sagre, Ourique, Santa Comba, Freixiel e o bairro S.Tiago, entre 1960 e 1961. Inspirando-se no mesmo modelo de reassentamento e assentamentos populacionais originados pela implementação do Colonato de Limpopo, o governo da FRELIMO, criou em 1975 a política das Aldeias Comunais. Estas, visavam a transformação e desenvolvimento de forças económicas e sociais em ambiente rurais, tendo como linha de orientação acabar com a fome e a nudez, através da substituição dos meios de produção tradicionais, reorganização e concentração do campesinato e das forças produtivas rurais dispersas, a criação de novos modelos de produção, com a criação de machambas estatais, das cooperativas e das famílias, envolvendo apoio do estatal em utensílios agrícolas. A presente política da FRELIMO, permitiu o surgimento de novas aldeias comunais, assim como a consolidação das já existentes, sobretudo nas zonas libertadas. Contudo, por conta de diversos factores, as Aldeias Comunais não tiveram os resultados previstos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reassentamento, Colonatos, Aldeias Comunais.

**ABSTRACT:** Both in its colonial history, as well as contemporary, Mozambique conceived and implemented policies and projects for development, settlement and rural transformation, which resulted in the expropriation of peasant lands, displacement and resettlement of affected communities, often in inadequate contexts and conditions. This period marked the emergence in Mozambique of the first resettlements and population settlements, originated by rural development projects, specifically, the Portuguese pillages and settlements, the “*Aldeias Comunais*” and the “*Operação Produção*”. The present work brings a discussion about the resettlements and population settlements resulting from “*Colonato*” de Limpopo and “*Operação Produção*”. The “*Colonato*” de Limpopo, constitutes a colonial project, implemented between 1951-77, along the Limpopo valley, in the current province of Gaza, in an area of 31,000 hectares. The main objective was to promote a policy of late settlement of the Portuguese colonies, which consisted of the transport of Portuguese farmers from the metropolis and their integration into the colonies, in densely arable rural lands for the practice of agriculture. The “*Colonato*” de Limpopo also involved the construction and acquisition of infrastructure and agricultural machinery, dams, access roads, residential and social complexes for the Portuguese settlers. Most of the land covered by the “*colonato*” were already habited and cultivated by the native population, so to implement the project, around 3000 families, corresponding to 24000 habitants, were expropriated from their land and resettled in unproductive spaces outside the “*colonato*” area. , thus giving rise to new population settlements or new communal villages, either in the areas of “*colonato*”, as well as black resettlement. The example of the villages of Guijá and Barragem, created in 1953; Villages of Lionde, Folgares, Senhora da Graça, Santana and Pegões, created in 1957; Villages of Madragoa and S. José de Ribamar, created in 1959 and 1960, respectively; Villages of Sagre, Ourique, Santa Comba, Freixiel and the S.Tiago, between 1960 and 1961. Inspired by the same resettlement model and population settlements originated by the implementation of “*Colonato*” de Limpopo, the FRELIMO government created in 1975 the policy of “*Aldeias Comunais*”. These aimed at the transformation and development of economic and social forces in rural environments, with the aim of ending hunger and nakedness, through the replacement of traditional means of production, reorganization and concentration of the peasantry and dispersed rural productive forces, the creation of new production models, with

the creation of state, cooperatives and families farms, involving state support in agricultural tools. FRELIMO's current policy allowed for the emergence of new communal villages, as well as the consolidation of existing ones, especially in the liberated areas. However, due to several factors, the Communal Villages did not have the expected results.

**KEYWORDS:** Resettlement, Settlements, Communal Villages.

## 1 | INTRODUÇÃO

Apoiando-se nas abordagens do Alto Comissariado nas Nações Unidas Para Refugiados (ACNUR), e inseridas num contexto de guerras, solidariedade e pedido de asilo, Rodrigues (2015), define o reassentamento como o momento em que os refugiados são transferidos do país de asilo para um terceiro país que está disposto a admiti-los numa base permanente com o objectivo de virem a se tornar cidadãos naturalizados e integra-los localmente. Nestes casos, o reassentamento é aplicado como solução ao refúgio, a partir do momento em que o país onde foi concedido o primeiro refúgio não possui condições necessárias para a protecção e/ou integração dos refugiados. Para Banco Mundial (2004), o reassentamento representa o global das perdas económicas e sociais como resultado da expropriação e privações, e não apenas a realocação física das populações.

De acordo com CTV (2019), o reassentamento pode ser igualmente definido como sendo a deslocação ou transferência da população afectada de um ponto do território nacional para outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou superiores às que tinham. Mas também como um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza (Cernea, 2003, *apud* Noce, 2008). E em função das suas causas, pode se nomear diferentes tipos de reassentamento: os reassentamentos por conflitos armados e outras questões políticas; reassentamentos por desastres naturais; reassentamentos por projectos urbanos de desenvolvimento; e recuando um pouco, encontramos em Moçambique os reassentamentos por políticas de desenvolvimento e povoamento rural, aqui abordados.

O presente trabalho trás uma abordagem sobre os reassentamentos e assentamentos originados pela implementação dos colonatos portugueses em Mocambique, bem como pela política das aldeias comunais do governo da FRELIMO. Para a sua elaboração recorreu-se a combinação de fontes primárias e secundárias que versam sobre a temática.

A descrição histórica do reassentamento em Moçambique tem como uma das referências o colonato de Limpopo e a política das Aldeias Comunais, que para além de constituir um dos momentos iniciais de casos de expropriação de terras e da criação de aglomerados rurais em Moçambique. Convergem pelo facto de ter sido concebidos para a viabilização de interesses económicos e sociais do regime colonial e mais tarde do governo da FRELIMO, na sua maioria ligados a produção agrícola, transformação e concentração do campesinato rural, outrora disperso e fraco.

Mas também, foram projectados para a construção, organização e urbanização de assentamentos populacionais rurais, inspirado no modelo das aldeias comunais, exigindo, por conseguinte, a expropriação e reorganização de terras nestes espaços. Aliás, em Moçambique e de acordo com Machel (2014), ‘os primeiros assentamentos rurais ocorreram no período colonial para acomodar os farmeiros imigrantes de Portugal, nas áreas de plantações [colonatos], e nos aldeamentos’. Tempo depois, o governo monopartidário da FRELIMO, serviu-se do mesmo modelo para a implementação do seu projecto das aldeias comunais.

Depois da independência, o governo de Moçambique criou as ‘aldeias comunais, cujo objectivo era acabar com a exploração do homem pelo homem, tendo como base a criação de novas relações de produção nas zonas rurais’ (CTV, 2020). Durante a guerra civil que ‘assolou o país de 1978 a 1992, assistiu-se ao surgimento de novas aldeias comunais criadas para albergar cerca ‘de 4 milhões de pessoas’ (Pedro, 2011), dando origem assim, a um novo tipo de reassentamento em Moçambique, o chamado reassentamento por conflitos armados.

## **21 O COLONATO DE LIMPOPO: A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS, O REASSENTAMENTO E INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES ABRANGIDAS**

Segundo Matine (2015), o colonato de Limpopo foi implementado pelo regime colonial português entre 1951 e 1975 ou até 1977 (altura em que o governo da FRELIMO decidiu transformar o vale de Limpopo em celeiro da nação), no sul de Moçambique, na província de Gaza. Situado ao longo do vale do rio Limpopo, integrava os actuais territórios de ‘Lionde; Conhane (Aldeia de Folgares); Xilembene (Aldeia de Madragoa); e Chokwé, a capital do colonato (antigamente Ngajane e mais tarde vila Trigo de Morais), que incluía igualmente, a actual vila de Caniçado em Guijá’.

O colonato de Limpopo, compreendia uma área de 31.000 hectares, cujo objectivo era de desenvolver nestas aldeias um grande complexo agro-industrial com grande impacto político e socioeconómico constituído por barragens, canais de regas, aldeias com habitação, edifícios públicos e comerciais, vias de comunicação, entre outros. (*Ibid*). O regime português serviu-se igualmente do projecto para consolidar a sua manutenção na colónia de Moçambique, face a conjuntura e pressão internacional sobre a necessidade da libertação e autodeterminação dos territórios que ainda se encontravam sob o jugo colonial.

Para tal o regime divulgou uma política de convivência multi-racial, que previa a integração e habitação de famílias brancas e negras no mesmo espaço e dentro da área do colonato. Porém, de acordo com Matine (2015), num momento inicial a política multi-racial do regime português não foi observada, ou seja, a partir de 1954, período em que começaram a chegar as primeiras famílias brancas oriundas de Portugal, assistiu-se à expropriação das famílias negras e nativas das suas terras e o seu reassentamento forçado

fora da reserva do projecto.

Entretanto, em 1957 teve início a integração das famílias negras num espaço de 2 hectares, que decorreu sob pretexto de garantir a sua instrução agrícola e preparação para ingressarem no colonato. Estas famílias receberam uma junta de boi, habitação, subsídios entre outros direitos e deveres teoricamente iguais aos dos brancos, mas ao mesmo tempo, esta integração era acompanhada por uma série de exigências por parte da administração colonial, como que ser assimilado, abandono dos hábitos e costumes das comunidades (exemplo da poligamia), saber ler e escrever, ser apto para aprender algumas técnicas agrícolas, bem como a proibição de construção na área do colonato de habitações tradicionais e com casas de banho fora.

Estes condicionalismos fizeram com que grande parte das famílias abandonassem a vontade de serem integradas, seja por falta de condições para responder ao conjunto das exigências, mas também por não querer abandonar e de forma radical o seu *modus vivendi*. Ademais, este modelo de integração privilegiou famílias mais influentes, compostas pelas autoridades tradicionais, religiosos, mineiros, alguns camponeses e auxiliares administrativos. Matine (2015), sublinha ainda, que só a partir da 1959 teve início a integração efectiva das famílias negras e em uma área de 4 hectares. Até 1967, habitavam no colonato cerca de 1567 famílias, correspondente a 9560 pessoas, entre europeus, nativos e timorenses. (Vide tabela abaixo)

Ano-1960	Número de Famílias	Número de Pessoas
Famílias europeias	1124	6900
Famílias nativas	440	2650
Famílias timorenses	3	10
TOTAL	1567	9560

Fonte: Lopes (1968)

Devido as características hidrográficas da zona, antes da implementação do colonato, a maioria das famílias dedicava-se a agricultura e a pastorícia, sobretudo ao longo das terras mais férteis, assim como a recolha de lenha, materiais de construção, carvão, produção de mel, caça, nas terras de baixa produtividade. Destaca-se ainda, a prática de rituais mágicos e religiosos, o trabalho migratório para as minas e campos agrícolas na África de Sul, que representava a opção da maioria dos jovens. Porém, com a implementação do projecto e por imperativos do regime colonial, estas famílias passaram a incorporar a “produção da cana sacarina, algodão, milho, feijão, tabaco, entre outras culturas”(Lopes, 1968)

A gestão das obras de construção do colonato, bem como a sua liderança política, jurídica e legislativa foram confiadas ao engenheiro Trigo de Moraes e para perpetuar,

fortalecer a sua administração ao longo das aldeias abrangidas, o regime português serviu-se da lealdade e subordinação das antigas estruturas tradicionais, outrora fies ao império de Gaza, como é o caso de Nganjane, Machele, Machua, Chiaquelane, Canheze, etc.

## **2.1 A Expropriação de Terras e o Reassentamento Conflituoso e Precário das Comunidades**

Com a implantação do colonato de Limpopo, cerca de 3000 famílias, correspondente a 24000 habitantes foram expropriadas das suas terras e forçadas a sair do espaço da reserva do projecto, sem muita informação sobre o projecto e numa fase inicial sem direito a indemnização e muito menos ao reassentamento. Pouco depois, a retirada forçada das comunidades negras das suas terras abriu espaço para algumas revoltas, mobilização das populações contra as autoridades portuguesas, o que obrigou o regime a conceber planos de reassentamentos para as famílias expropriadas. Estes consistiam na construção de casas pouco sólidas que foram rapidamente comidas por formigas, disponibilização de 100-500 escudos e madeira para a construção de casas precárias,

Situação que alguns pesquisadores consideram de indemnização. Entretanto, entendemos que não se tratou de indemnização nem de programa de reassentamento, pois as famílias não foram consultadas e nem sequer a observação da função social de terra. Vale apenas destacar que para estas comunidades, entre a terra e a família havia uma relação que não era simplesmente económica, mas também, e sem menos importância, social, cultural, política e religiosa (Bellucci, 2003, *apud* Matine, 2015).

Outrossim, para além de terem sido expropriadas das suas terras, numa verdadeira violação dos seus direitos e ruptura dos seus meios económicos, sociais e culturais de sobrevivência, as comunidades foram forçosamente separadas uma das outras nos locais de reassentamento. Uma medida encontrada pelas autoridades coloniais para conter as revoltas e enfraquecer a acção das famílias tidas como mais problemáticas.

Sublinha-se ainda, que a maior parte das famílias se reassentou a conta e risco próprio nas terras improdutivas, o que agudizou cada vez mais a sua situação de vida. A brutalidade do regime português manifestou-se igualmente, durante a construção das principais infraestruturas que integravam o colonato, onde a maioria das famílias negras eram submetidas ao trabalho forçado, em condições deploráveis e não remuneradas.

## **2.2 Aldeias Resultantes do Colonato de Limpopo, o Modelo de Agrupamento Adoptado, Infraestruturas e Principais Problemas**

Conforme destacou-se acima (pag.1), o colonato de Limpopo constitui um dos marcos iniciais da criação de assentamentos rurais em Moçambique e no período colonial, tendo a sua implementação originado segundo Lopes (1968), a criação das seguintes aldeias comunais:

- As aldeias de Guijá e Barragem, criadas em Agosto de 1953. A Aldeia de Guijá foi criada junto à antiga povoação do mesmo nome, sendo o local onde foram

construídas as primeiras casas para os colonos em 1953 e 1954, período em que recebeu as primeiras 10 famílias de colonos. Por seu turno, a aldeia da Baragem, recebeu em 1957, os primeiros povoadores, sendo igualmente 10 famílias de colonos.

- Aldeias de Lionde, Folgares, Senhora da Graça, Santana e Pegões, criadas em 1957.
- Aldeias da Madragoa e S. José de Ribamar, criadas em 1959 e 1960, respectivamente.
- Aldeias de Sagre, Ourique, Santa Comba, Freixiel e o bairro S.Tiago, entre 1960 e 1961.

Ainda de acordo como o autor, para a organização dos povoadores, o regime colonial optou pelo sistema de aldeamentos, caracterizado por habitações agrupadas no mesmo espaço e umas ao lado das outras, porém distantes das áreas de cultivo. Entretanto, o modelo de aldeamento foi bastante criticado por obrigar que os colonos percorressem a pé, grandes distâncias entre as casas de habitação e as fazendas, causando desconforto, cansaço e desperdício de tempo. Sugerindo por esta via, o agrupamento por fazendas, que possibilita a construção das casas dentro das áreas de cultivo ou fazendas.

Um outro problema do aglomerado concentrado, é o alojamento no mesmo espaço entre o agricultor e o gado, em espaços menores e junto da vizinhança, o que gerava problemas de salubridade, alimentação do mesmo, eclosão de doenças entre outros (*Ibid*). Entretanto, o modelo de aldeamentos possui igualmente aspectos positivos, na medida em que permite concentrar os aglomerados num só espaço, reduzir os custos e outros inconvenientes de dispersão, facilidades na gestão e assistência as comunidades, sua preparação para integrarem as novas estruturas sociais de habitação, convivência conjunta, assim como o exercício do controlo e poder, do que em espaços dispersos.

Para além das infraestruturas meramente agrícolas, tais como, barragens, drenagens, abertura e ampliação das áreas de cultivos, sistema de irrigação, maquinaria diversa, foram erguidas ao longo do colonato infraestruturas públicas, escolas, igrejas, hospitais, cemitérios, centro social, clubes desportivos, etc. (Vide tabela abaixo).

Ordem	Infraestrutura	Descrição
1	<b>Habitacões</b>	<p>Construicão de moradias econòmicas com dimensão uniformes, geminadas de 1 piso e adaptadas as condições do clima.</p> <p><b>Plantas:</b> no início foram aprovados 13 tipos de plantas e todas foram construídas nos primeiros aldeamentos de Guija e Barragem, mas devido as condições de vida dos colonos, fez-se uma nova seleccão e passou-se a considerar-se 3 a 4 projectos.</p> <p><b>Compartimentos:</b> sala de estar e de jantar, 3 quartos de dormir, cozinha com uma banca em granulito, chaminé e lareira para colocar fogão. Casas de banho com sanitários, chuveiro, lavatório e retrete turca. Varanda.</p> <p><b>Material utilizado:</b> tijolo, blocos de cimento, pedra, chão revisto de cimento e betão. Tecto com armação de madeira (chafuta ou pinho), cobertura de telhas.</p> <p><b>Água e electricidade:</b> todas casas possuíam água canalizada na cozinha e casa de banho e instalaçãõ elétrica e todos compartimentos.</p>
2	<b>Rede de Transportes, Estradas e Comunicaçãõ</b>	<p>Foram introduzidas carreiras de transportes para dentro e fora das aldeias e da província, ao cargo das empresas transportadoras Oliveiras, Lta, Américo Botelho, Auto-Viaçãõ do Sul, entre outros transportes de colectivos.</p> <p>Foram igualmente contruídas redes de estradas e vias de acesso agrícolas para as aldeias e áreas de cultivo.</p> <p>A rede comunicaçãõ era composta por estacoes de telégrafos, postais e telefone nas aldeias de Trigo de Morais e Barragem, assim como onze postos postais nas aldeias de Lionde, Sagres, Santa da Graça, Folgares, Freixiel, Madragoa, Santa Comba, S. José de Ribamar, Santana e Pegões e na povoaçãõ de Tlauene.</p>
3	<b>Transporte Ferroviário</b>	<p>A linha férrea que já ligava o distrito a capital Lourenço Marques, ao cargo da empresa caminho de Ferro, atravessava algumas aldeias do colonato, nomeadamente: Sagres, Lionde, Trigo de Morais e Barragens.</p>
4	<b>Água</b>	<p>Todas aldeias do colonato ficaram dotadas de uma estacãõ de tratamento de depuraçãõ e filtraçãõ de água e depois a sua distribuicãõ para abastecimento dos consumidores, que deviam pagar pelo consumo.</p>
5	<b>Electricidade</b>	<p>Todas as aldeias e algumas unidades fabris foram dotadas de energia eléctrica. Em todo colonato foram construídas 14 centrais térmicas, sendo 10 para o abastecimento exclusivo da populaçãõ e 4 para as unidades industriais.</p> <p>Numa primeira fase o fornecimento da energia aos consumidores era gratuita, porem mais tarde foi aprovado um modelo de pagamento pelo consumo, com tarifas domesticas e industriais.</p>
6	<b>Outras infraestruturas</b>	<p>Diversas indústrias, fábricas, liceu-colégio, pousada, instituicões desportivas, um banco de crédito comercial, etc.</p>

Fonte: Lopes (1968)

Contudo, apesar destes empreendimentos registaram-se ao longo do colonato diversos problemas, sendo que o destaque vai:

- Expropriaçãõ de terras e a não integraçãõ de todas famílias nativas ao longo do colonato, como se pode deparar habitavam nestas áreas até 1967 apenas 2650 autóctones, contra 6900 europeus.
- Grande parte das famílias que foram para o colonato eram ou tornaram numerosas, ultrapassando de longe a capacidade das habitacões, bem como o que

havia sido concebido como tamanho médio. Neste contexto dos quartos reservados para os filhos, um era destinado para as raparigas e outro para os rapazes, mas também foram improvisados espaços na sala ou na varanda. Esta situação gerou problemas ligados a promiscuidade, insalubridade e doenças.

- O modelo de agrupamento adoptado, baseado em aldeamentos, cujas casas situavam-se próximas uma das outras, por um lado fazia com que as comunidades convivessem no mesmo espaço com o seu gado, curais, gerando igualmente problemas de insalubridade e proliferação de doenças. Outrossim, as comunidades viviam distantes das áreas de cultivo, obrigando-as, por conseguinte, a percorrer longas distancias, duas ou três vezes ao dia e a pé, causando cansaço, perda de energia, desgaste e desmotivação.
- Uso de mão-de-obra barata e trabalho forçado para a construção de diversas infraestruturas agrícolas, cultivo e outras unidades.

Entretanto, a saída precoce dos colonos em 1974, a independência de Moçambique em 1975, a decisão do partido FRELIMO, durante o decurso do III Congresso em 1977, de transformar o vale de Limpopo em celeiro da nação e as cheias de 1977, condicionaram a introdução de uma nova ordem administrativa, bem como a transformação do colonato.

### **3 | O GOVERNO DA FRELIMO E AS ALDEIAS COMUNAIS**

A semelhança do colonato de Limpopo, as Aldeias Comunsais figuram como um dos primeiros assentamentos rurais adoptados em Moçambique pelo governo da FRELIMO, e envolvendo igualmente, a expropriação e reorganização dos mecanismos do uso e aproveitamento da terra. Aliás, as Aldeias Comunsais fundam-se inspirando-se no modelo de agrupamento “os aldeamentos” e de produção baseado na agricultura implementado pelo regime colonial, ao longo do colonato de Limpopo, embora em escala e investimentos completamente diferentes.

A palavra de ordem para a criação das Aldeias Comunsais foi dada pelo Presidente Samora Machel, na qualidade de Presidente da FRELIMO, em Maio de 1975, durante a abertura do primeiro seminário nacional da agricultura, que teve lugar no distrito de Marrupa, na província de Niassa, norte de Moçambique. Na ocasião, o Presidente Samora considerou que o regime confrontava-se com duas realidades, a fome e a nudez, pelo que as aldeias comunais foram concebidas como coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo.<sup>1</sup>

As aldeias Comunsais surgem num contexto de uma vasta e profunda revolução social e política, sob a linha política da FRELIMO, para dentre vários aspectos, acabar com a fome e a nudez, produzir matéria-prima para indústria nacional e para exportação, assim como criar condições para o aparecimento de novas estruturas económicas, sociais tendo

---

<sup>1</sup> República Popular de Moçambique, Comissão Nacional das Aldeias Comunsais. In 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunsais: organização dos órgãos de direcção das aldeias comunais. Gaza. 1980.

como base a produção agrícola em machambas estatais, das cooperativas e familiares. As Aldeais Comunais visavam impulsionar os camponeses a abandonar os seus sistemas tradicionais de vida, dispersos pelo campo, em habitações isoladas umas das outras e sem qualquer espécie de convivência social. Tinham a vantagem de permitir a união de forças, estabelecendo neles o espírito de unidade, desenvolver no máximo as suas potencialidades criadoras, participar na edificação de um novo tipo de sociedade, onde o individualismo e o liberalismo não terão mais lugar, criando um espírito de colectivista, comunal, com todas as vantagens no campo político, social, cultural e económico.<sup>2</sup>

Neste contexto, foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1/78, de 2 de Março, a Comissão Nacional das Aldeias Comunais, com o papel de direcção e coordenação da acção dos órgãos do Aparelho de Estado, instituições subordinadas e empresas estatais relativamente às Aldeias Comunais. O Processo da criação das Aldeias Comunais compreendeu a identificação de novos espaços rurais, mas também a transformação de alguns aglomerados já existentes, e conforme o (documento da 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980), podem se distinguir pelos menos 5 tipos de aldeias comunais, quanto a formação:

- Aglomerados que surgiram durante a luta de libertação nacional, nas áreas libertadas, os das províncias de Niassa, Cabo Delgado e Tete. O facto de terem surgido num contexto de luta contra o regime colonial, fez com que possuíssem uma consciência política avançada;
- Aldeias edificadas unicamente por regressados, aqueles que fugindo ao regime colonial-fascista, estiveram durante a luta armada fora de Moçambique, nos campos de refugiados e em territórios vizinhos, onde praticavam as mesmas práticas feudais e capitalistas, vivendo, portanto, a margem do modelo de vida que se pretendia com a instalação das aldeias comunais e nas suas zonas de origem. Estas aldeias localizam-se nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete;
- Aldeias comunais resultantes da transformação dos ex-aldeamentos criados pelos colonialistas. A integração destas comunidades ao modelo político da FRELIMO, revelou-se difícil, pois já haviam assimilado modos de vida do colono, baseados na alienação, corrupção, alcoolismo, práticas feudais, bem como a pertença às organizações fascistas. Estas aldeias vigoraram nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica;
- Novos aglomerados que surgem como resposta a situações de calamidades públicas, cheias, emergências, obrigando o deslocamento e reassentamento das comunidades nestes novos espaços. Exemplo das comunidades a beira dos Rios Limpopo, Incomati e Zambeze. Estas aldeias eram frequentemente de grandes dimensões, chegando a uma população de 18.000 pessoas, agrupando camponeses de vários estratos. Estas aldeias podem ser encontradas nas

---

<sup>2</sup> Universidade Eduardo Mondlane. Centro de Estudos Africanos. Sumário preparado a pedido da Direcção Nacional de Habitação para ser utilizado na preparação prévia do Seminário sobre Aldeias Comunais de 1979-1980.

províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Tete, Manica e Zambeze;

- Por fim, aldeias que surgem por um processo natural de integração de populações dispersas, que, pela mobilização política, se juntam e iniciam um novo processo de vida. Estes povoamentos podem ser encontrados em todo país, com maior frequência na província de Nampula. (*Ibid*)

### **3.1 Estruturas Político Administrativas nas Aldeias Comunais e o Modelo de Agrupamento Adoptado e Principais Infraestruturas**

A direcção política da Aldeia Comunal cabia ao partido, neste sentido obedeceriam uma estrutura político-administrativa, composta por um comité do Partido, representado por uma célula ou grupo dinamizador, uma assembleia de localidade eleita nos termos da lei eleitoral, conselho executivo da assembleia de localidade, tribunal popular de localidade, organizações democráticas de massas (OMM, OJM), e milícias populares e grupos de vigilância popular.

Foi definido que a produção agrária seria a actividade produtiva principal da aldeia comunal, tendo obrigatoriamente que ser em machambas estatais, das cooperativas e familiares, em que todos os aldeãos eram sujeitos a participar. Especial atenção devia ser dada as machambas estatais, de modo a alcançar-se um rápido desenvolvimento das forças produtivas e constituírem-se como base para a formação política, científica e técnica de operários agrícolas e dos camponeses das cooperativas. (*Ibid*)

Por seu turno, as machambas das cooperativas familiares tinham a função de reorganizar a produção, criando condições subjectivas e objectivas que permitiram ao campesinato engajar-se na produção colectiva, garantido assim o desiderato de servir-se das aldeias comunais como base da transformação rural em Moçambique, as unidades políticas e económicas através das quais a vida colectiva será desenvolvida.

Em relação ao modelo de agrupamento, foi adoptado o aldeamento, em que as casas dispersas e as relações de habitação baseadas em parentesco, fossem substituídas pela ordem social baseada nas relações de vizinhança impostas pela nova distribuição. Porém faz-se necessário segundo (Casal, 1996), proceder a descrição da situação e condição anteriores do *habitat* destas comunidades, antes do projecto das Aldeias Comunais. Para este autor, a localização, tipo, morfologia do *habitat* e uso de espaço, correspondiam com rigor as condições sócio-históricas e económicas características da sociedade rural, cuja base económica era a produção familiar e com alguma frequência o trabalho assalariado dos homens. Mesmo com “influências do trabalho na África do Sul e nas cidades de Moçambique, o *habitat* rural sempre manteve a estrutura de dispersão, organização e características específicas de cada região”(Casal, 1996).

Esta tendência verificou-se pelo todo país, exceptuando-se algumas regiões de Moamba e Marracuene, onde pela proximidade com o centro urbano de Maputo, o seu *habitat* já continha elementos novos, portanto, continuava a preservar as características

de um *habitat* rural disperso. Ora, as Aldeias Comunais, tiveram a vantagem de procurar eliminar a tendência dispersa das famílias, residências, juntando-as no mesmo espaço, buscando a racionalização, união de forças e a produção colectiva.

Neste contexto, as comunidades outrora dispersas, passaram a viver num terreno como uma superfície de 30m x 40m, um padrão que foi implementado a nível nacional, que entrava em choque com as dimensões do seu anterior *habitat*, ou seja a “uniformidade espacial e morfologia do modelo das aldeias comunais anularam as especificidades do *habitat*, representações, uso e distribuição do espaço em cada região e em cada configuração sócio-cultural. A superfície do talhão, era em média de duas a cinco vezes inferior que os espaços anteriores”. (*Ibid*)

Diferentemente do colonato do Limpopo ou das aldeias integradas, que já continham algumas infraestruturas, a implementação das Aldeias Comunais, não poucas vezes, foi feita em áreas rurais fechadas e virgens, o que implicava o destroncamento e derrube de árvores, eliminação da vegetação para dar lugar aos terrenos, causando problemas futuros, ligados a erosão, falta de sombras contra o solo, hortícolas, fruteiras, recursos lenhosos, etc.

Segundo Casal (1968), nas novas aldeias foram introduzidas ou reservadas áreas para espaços públicos, como talhões, bairros, quarteirões, rede de estradas e vias de acesso, centro da aldeia, equipamentos sociais, mercado, loja do povo, centro cultural, centro político, posto sanitário, creche, infantário, e outras infraestruturas. O bairro era a maior unidade espacial urbana da aldeia, estruturando-se em 250 famílias ou talhões, isto é, 25 quarteiros, que são blocos de 10 talhões divididos por ruas transversais (ruas residenciais), e horizontais (ruas de tráfego). No que concerne aos serviços de saúde e de educação, existiam até 1982 cerca de 101 Aldeias Comunais, 32 postos de saúde, 3 centros de saúde, um hospital rural; 96 escolas primárias, 288 professores 22654 alunos, numa média de 79 alunos por professor, 3 professores por escola e 450 habitantes por professor<sup>3</sup>.

### **3.2 Principais Problemas a Volta das Aldeias Comunais como Projecto de Assentamento Populacional**

A este nível os constrangimentos em torno das Aldeias Comunais, evidenciaram-se um pouco depois da sua implementação, conforme se pode depreender “o modelo apresentado às populações foi um bom instrumento de mobilização das populações, que ficaram activas e conferiram credibilidade ao partido, mas a medida que o modelo passava do discurso a prática, aquela eficácia esgotava-se rapidamente” (Casal, 1996), se não vejamos:

---

<sup>3</sup> Inquérito realizado em 1982, citador por (Casal, 1896).

<b>Problema</b>	<b>Descrição</b>
<b>Concessão de Terrenos Pequenos com a dimensão de 30m x 40m</b>	Esta situação anulou a característica dispersa do habitat inicial das comunidades, assim como ignorou a natureza nuclear das famílias, causando a falta de espaços sobretudo para a prática de diversos afazeres. Incapacidade de viver no mesmo espaço com o gado, causando a sua dispersão e dificuldades no seu controlo. A convivência no mesmo talhão com latrinas, o que contrastava vivamente com o hábito de usar directamente a latrina para a defecação.
<b>Agrupamento forçado</b>	As comunidades foram forçadas a sair de espaços dispersos para os aglomerados próximos, na expectativa de gerarem-se novas relações de vizinhança (alterando as de parentesco), produção colectiva, porém tais relações de solidariedade não chegaram a ser recriadas, o que provocou muitos casos de penúria e isolamento, sobretudo entre velhos e doentes. Nas aldeias comunais, desenvolveu-se pouco o espírito de produção colectiva, dando lugar a situações de individualismo e tendências capitalistas.
<b>Proibição de práticas religiosas, tradicionais e obscurantista</b>	Nas aldeias comunais era completamente vedada a prática de rituais mágico-religiosos, operando-se, por conseguinte, uma ruptura com as crenças, hábitos e crenças tradicionais das comunidades. Portanto, face a proibição, estas práticas e espaços foram dissimulados fora do talhão e da aldeia, em locais apropriado nas florestas ou machambas.
<b>Distâncias entre as aldeias e as machambas</b>	A semelhança dos colonatos de Limpopo, esta situação obrigava as comunidades a percorrerem longas distâncias, entre 20 a 30Km a pé, para chegarem aos locais de cultivo, gerando cansaço e desgaste, sobretudo numa situação em que estas deviam obrigatoriamente se repartir entre as machambas estatais, das cooperativas e familiares.
<b>Destroncamento e derrube de árvores para dar lugar aos terrenos</b>	Esta situação causou em pouco tempo um grande desequilíbrio ecológico, corte e escassez de lenha e estacas para construção de casas, anexos e confecção de alimentos. Escassez de sombra, fruteiras, etc.
<b>Outros problemas</b>	Défice sanitário devido a insuficiência de postos de saúde, estimulando a procura de curandeiros; serviços de educação insuficientes, estimulando a desistência, casamentos prematuros, êxodo rural para as cidades, nudez, fome, etc. Falta de integração de algumas famílias no projecto das cooperativas, desagregação e retorno das famílias aos lugares anteriores, desviando assim o sentido e objectivos das aldeias comunais. Crise da produção familiar, crise de transportes, problemas de disputas de terra, etc.

Fonte: Casal, 1996;

Contudo, entre vários aspectos a implementação das Aldeias Comunais é visto como um movimento improvisado, na medida em as operações de aldeamento empreendidas em todo território nacional, foram mais resultado combinado de conjunturas e voluntarismo político dos responsáveis, do que um sistema de planificação baseado nas condições materiais e sociais que regem o mundo rural.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Casal, Adolfo Yanez. Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comunais de Moçambique. 1996.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. (2004). Manual de Operações;

Casal, A, Y. (1996). *Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa. Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica Tropical;

Cernea, M, M. (2003). *For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle*. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement;

Lopes, M, S, dos. (1968). *Colonato do Limpopo: aspectos sociais do povoamento*. Universidade Técnica de Lisboa. Monografia de Licenciatura em Estudos Ultramarinos;

Machel, F. (2014). *Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto das Áreas de Conservação: O Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir (2008-2013)*. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de Sociologia. Faculdade de Letras e Ciências Sociais;

Matine, M, H. (2015). *A Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1997*. Niterói-Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História.

Noce, L, G, D. (2008). *O Reassentamento Como Promotor De Capital Social Em Políticas Públicas Urbanas. Uma Análise da Ação Estatal em Três Estudos de Caso*. São Paulo. (Tese de doutoramento). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;

Pedro, J, J, de, C (2011). *Reassentamentos Forçados: dos Impactos às Oportunidades*. Lisboa. (Dissertação de Mestrado). Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Economia Política;

RELATÓRIO DO CENTRO TERRA VIVA-CTV. (2016). *Análise Jurídica do Processo de Reassentamento. Ponte Maputo-Ka Tembe*. Maputo. Centro Terra Viva. Estudos de Advocacia Ambiental;

Rodrigues, V, M. (2015). *Reassentamento e Integração Local: As Limitações Institucionais e de Políticas em Relação aos Refugiados Palestinos em São Paulo*. São Paulo. (Tese de Doutoramento). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP;